

Usina de Energia Fotovoltaica Lar do Sol III S.A.

Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Balancos patrimoniais	6
Demonstrações de resultados	7
Demonstrações de resultados abrangentes	8
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	9
Demonstrações do fluxo de caixa	10
Notas explicativas às demonstrações financeiras	12



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua Verbo Divino, 1400, Conjunto Térreo ao 801 - Parte,
Chácara Santo Antônio, CEP 04719-911, São Paulo - SP
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo - SP - Brasil
Telefone +55 (11) 3940-1500
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Acionistas e Diretores da
Usina de Energia Fotovoltaica Lar do Sol III S.A.
Pirapora- MG

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Usina de Energia Fotovoltaica Lar do Sol III S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Usina de Energia Fotovoltaica Lar do Sol III S.A., em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (*IFRS*) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (*IFRS*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.



Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.



- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 29 de fevereiro de 2024

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP014428/O-6

Daniel Aparecido da Silva Fukumori
CRC 1SP245014/O-2

Usina de Energia Fotovoltaica Lar do Sol III S.A.

Balances patrimoniais

Exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais)

Ativo	Nota	2023	2022	Passivo	Nota	2023	2022
Caixa e equivalentes de caixa	7	13.269	13.962	Fornecedores	12	478	4.435
Contas a receber	8	4.126	-	Obrigações fiscais		267	297
Impostos a recuperar		123	186	Imposto de renda e contribuição social	18	470	-
Imposto de renda a recuperar		1	1	Financiamentos	13	5.998	1.821
Adiantamento a fornecedores		-	65	Dividendos a pagar	19	3.810	-
Despesas antecipadas		301	306	Passivo de arrendamentos	10	12	-
Total do ativo circulante		17.820	14.520	Outras contas a pagar	11	23	17
				Total do passivo circulante		11.058	6.570
Aplicações financeiras vinculadas	9	3.309	3.689	Financiamentos	13	103.055	99.982
Ativo de direito de uso	10	3.859	-	Provisão para desmobilização	14	6.599	-
Imobilizado em andamento	11	230.716	206.220	Passivo de arrendamentos	10	3.897	-
Total do ativo não circulante		237.884	209.909	Total do passivo não circulante		113.551	99.982
				Patrimônio líquido	14		
				Capital social		118.865	118.865
				Reserva de lucros		12.231	-
				Prejuízos acumulados		-	(988)
				Total do patrimônio líquido		131.096	117.877
Total do ativo		255.704	224.429	Total do passivo e patrimônio líquido		255.704	224.429

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Usina de Energia Fotovoltaica Lar do Sol III S.A.

Demonstrações de resultados

Exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais)

	Nota	2023	2022
Receita operacional líquida	15	30.491	-
Custos de operação	16	(8.467)	-
Lucro bruto		22.024	-
Despesas operacionais			
Despesas gerais e administrativas	16	(214)	(48)
Outras receitas operacionais		2	-
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos		21.812	(48)
Receitas financeiras	17	1.475	-
Despesas financeiras	17	(4.925)	(84)
Resultado financeiro líquido		(3.450)	(84)
Resultado antes dos impostos		18.362	(132)
Imposto de renda e contribuição social correntes	18	(1.334)	-
Lucro líquido / (Prejuízo) do exercício		17.028	(132)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Usina de Energia Fotovoltaica Lar do Sol III S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes

Exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais)

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Lucro líquido / (Prejuízo) do exercício	<u>17.028</u>	<u>(132)</u>
Resultado abrangente do exercício	<u><u>17.028</u></u>	<u><u>(132)</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Usina de Energia Fotovoltaica Lar do Sol III S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais)

	Capital social		Reserva de retenção de lucros			Total
	Capital social	Capital a integralizar	Reserva legal	Reserva retenção de lucros	Prejuízos acumulados	
Saldos em 31 de dezembro de 2021	103.601	(98.930)	-	-	(856)	3.815
Integralização de capital	114.194	-	-	-	-	114.194
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	(132)	(132)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	217.795	(98.930)	-	-	(988)	117.877
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	17.028	17.028
Destinação para reserva legal	-	-	802	-	(802)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	(3.810)	(3.810)
Apropriação para reserva de retenção de lucros	-	-	-	11.429	(11.429)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023	217.795	(98.930)	802	11.429	-	131.096

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Usina de Energia Fotovoltaica Lar do Sol III S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais)

	Nota	2023	2022
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social		18.362	(132)
Ajustes para reconciliar o resultado do período com recursos provenientes de atividades operacionais:			
Depreciação	11	2.982	-
Depreciação do ativo de direito de uso	10	55	-
Amortização do custo de desmobilização	14	91	-
Atualização monetária da provisão de desmobilização	14	202	-
Juros sobre financiamentos	13	2.472	-
Custo de captação apropriado ao resultado	13	24	-
Juros sobre passivo de arrendamento	10	213	-
Bônus de adimplência	13	(48)	-
		24.353	(132)
Redução (aumento) nos ativos operacionais:			
Contas a receber		(4.126)	-
Impostos a recuperar		63	(186)
Imposto de renda a recuperar		-	(1)
Adiantamento a fornecedores		65	424
Despesas antecipadas		5	(306)
Aumento (redução) nos passivos operacionais:			
Fornecedores		(3.957)	(38)
Obrigações fiscais		(30)	297
Outras contas a pagar		5	7
		16.378	65
Caixa gerado pelas atividades operacionais			
Pagamento de juros de financiamentos	13	(545)	-
Pagamento de juros de passivo de arrendamentos	10	(213)	-
Pagamento de imposto de renda e contribuição social		(864)	-
		14.756	65
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais			
Fluxo de caixa proveniente das atividades de investimento			
Aquisição ao ativo imobilizado	11	(15.785)	(196.974)
		(15.785)	(196.974)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos			
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Aplicações financeiras vinculadas		807	(3.689)
Captação de financiamentos	13	-	101.752
Pagamento de principal de financiamentos	13	(466)	-
Pagamento do principal do passivo de arrendamento	10	(5)	-
Custo de captação	13	-	(1.396)
Integralização de capital	14.a	-	114.194
		336	210.861
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento			
(Redução) / Aumento líquido no saldo de caixa e equivalentes de caixa			
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	7	13.962	10
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	7	13.269	13.962
		(693)	13.952

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

A Usina de Energia Fotovoltaica Lar do Sol III S.A. (“Companhia”) é uma “SPE”, constituída na forma de sociedade anônima de capital fechado, com sede ao KM 3,25 da MG-496 S/N, Area Rural, na cidade de Pirapora, Estado de Minas Gerais.

A Companhia foi constituída em 04 de setembro de 2018, e tem como objeto social a implantação e exploração da usina de geração de energia elétrica por fonte fotovoltaica, cadastrada na Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, sob o CEG nº UFV.RS.MG.037835-6.

A Companhia recebeu autorização para geração de energia elétrica por fonte fotovoltaica com potência total instalada de 49,50 MW por 35 anos, que compreende ao período de 09 de abril de 2019 a 08 de março de 2054 . Ao final do prazo de autorização a Companhia poderá solicitar a renovação da autorização e em caso de não renovação, não possui direito a receber qualquer indenização dos bens do ativo imobilizado.

A Companhia terá sua operação dedicada ao suprimento dos contratos de venda de energia firmados bilateralmente no ambiente de contratação livre, na modalidade de autoprodução junto a Unipar Carbocloro S.A., tendo início de suprimento em 01 de janeiro de 2024 até 31 de dezembro de 2042, no qual a Companhia fornecerá 215 GWh por ano.

Em julho de 2023 a Companhia encerrou a construção da usina fotovoltaica e iniciou a operação para fornecimento de autoprodução firmado bilateralmente no ambiente de contratação livre com início desde sua operação comercial até 31 de dezembro de 2036.

Ao final do prazo de autorização a Companhia poderá solicitar a renovação da autorização e em caso de não renovação, não possui direito a receber qualquer indenização dos bens do ativo imobilizado.

1.2 Aspectos relacionados aos indicadores financeiros

Em 31 de dezembro de 2023, com base nos fatos e circunstâncias existentes nesta data, a Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e está convencida de que suas operações têm capacidade de geração de fluxo de caixa suficiente para honrar seus compromissos de curto prazo e, assim dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

2 Base de preparação

Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras, foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e com as normas internacionais de relatório financeiro *International Financial Reporting Standards – IFRS* emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*.

As informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela administração na sua gestão.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 29 de fevereiro de 2024.

Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais:

- Aplicações financeiras que são mensuradas ao valor justo.

3 Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da Companhia é o Real, e essas demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em milhares de reais. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

4 Uso de estimativas

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

a. Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2023 que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos, passivos e resultados no próximo ano fiscal estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Vida útil dos ativos tangíveis – nota explicativa nº 12:** Refere-se a ativos de imobilizados em andamento, assim que o ativo atingir o estágio de conclusão previsto pela Administração, a depreciação será feita pelo método linear, com base nas taxas anuais. A vida útil dos ativos será determinada pela Administração com base na estimativa de tempo de geração de recurso que tal ativo espera prover, limitando-se ao prazo da autorização;
- **Redução ao valor recuperável de ativos (Impairment) – nota explicativa nº 12:** Análise de eventos que possam indicar a perda do valor recuperável dos ativos reconhecidos até 31 de dezembro de 2023;
- **Reconhecimento e mensuração dos custos de desmobilização – nota Explicativa nº14:** Refere-se as principais premissas sobre a mensuração dos custos prováveis, descontados a valor presente, representando assim a saída futura de recursos necessários para entrega do terreno locado nas condições previstas no contrato; e
- **Instrumentos financeiros – nota explicativa nº 21:** Principais premissas utilizadas na mensuração do valor justo.
- **Reconhecimento e mensuração dos custos de desmobilização – Nota explicativa nº 10:** Refere-se as principais premissas sobre a mensuração dos custos prováveis, descontados a

valor presente, representando assim a saída futura de recursos necessários para entrega do terreno locado nas condições previstas no contrato.

5 Principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis utilizadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de maneira consistente em todos os períodos apresentados e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras.

a. Moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para a respectiva moeda funcional da Companhia pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio naquela data. Ativos e passivos não monetários que são mensurados pelo valor justo em moeda estrangeira são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi determinado. Itens não monetários que são mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio na data da transação. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da conversão são geralmente reconhecidas no resultado.

b. Receita de contrato com cliente

Reconhecimento da receita

As receitas são mensuradas pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber, líquida de quaisquer contraprestações variáveis. A receita é reconhecida em bases mensais e quando existe evidência convincente de que houve:

- a identificação dos direitos e obrigações do contrato com o cliente;
- a identificação da obrigação de desempenho presente no contrato;
- a determinação do preço para cada tipo de transação;
- a alocação do preço da transação às obrigações de desempenho estipuladas no contrato; e
- o cumprimento das obrigações de desempenho do contrato seja em um determinado período, ou ao longo do contrato. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

O principal critério de reconhecimento e mensuração do contrato de energia de reserva é estabelecido com base na quantidade de energia entregue no ponto de verificação acordado entre as partes e com os preços especificados nos termos dos contratos de fornecimento.

c. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas e despesas financeiras da Companhia compreendem:

- receita de juros; e
- despesa bancárias;

A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método de juros efetivos. A 'taxa de juros efetiva' é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos em caixa futuros estimados ao longo da vida esperada do instrumento financeiro ao:

- valor contábil bruto do ativo financeiro; ou
- ao custo amortizado do passivo financeiro.

d. Imposto de renda e contribuição social

Lucro presumido

O imposto de renda e a contribuição social correntes registrados no resultado são calculados conforme sistemática do lucro presumido, cujas bases de cálculo do imposto de renda e da contribuição social foram apuradas as alíquotas de 8% e 12% respectivamente, aplicadas sobre o montante da receita bruta segundo legislação vigente. Sobre a base de cálculo, para a apuração do imposto de renda, são aplicadas às alíquotas de 15% acrescidas de 10% sobre o que exceder R\$ 60 trimestrais e a contribuição social corrente calculada à alíquota de 9%.

(i) Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente

A despesa de imposto corrente corresponde ao imposto a pagar estimado sobre a presunção do faturamento da Companhia. O montante dos impostos correntes a pagar são reconhecidos no balanço patrimonial como passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

e. Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de construção, que inclui principalmente os custos de obtenções de licenças ambientais, serviços de construção e compra de equipamentos para montagem das usinas fotovoltaicas.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

(ii) Custos subsequentes

Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia.

(iii) Depreciação

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens o qual a Companhia definiu uma vida útil de 30 anos que representa o período estimado pela Administração no qual o grupo de ativos operacionais fluirá em benefícios econômicos. A depreciação é reconhecida no resultado. Dado a limitação legal imposta pelo prazo de autorização, os ativos são depreciados pelo menor período entre a vida útil estimada do bem e o prazo de autorização.

A vida útil estimada da usina fotovoltaica, é de 30 anos, limitada ao prazo de autorização.

A taxa de depreciação do item planta fotovoltaica representa a vida útil do ativo enquanto unidade operacional e inclui todos os gastos que foram necessários para a construção e início de operação da planta. Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

f. Instrumentos financeiros

(i) Reconhecimento e mensuração inicial

Todos os ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao custo amortizado, acrescido, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

(ii) Classificação e mensuração subsequente

Instrumentos Financeiros

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado:

- ao custo amortizado;
- ao VJR (Valor Justo por meio do Resultado); ou

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio

A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

- as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas; como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia; os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados; e a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros - avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros

Para fins dessa avaliação, o 'principal' é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os 'juros' são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período e pelos outros riscos e custos básicos de financiamentos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição.

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas:

Ativos financeiros a VJR	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros a custo amortizado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

(iii) Desreconhecimento

Ativos financeiros

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro.

Passivos financeiros

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

(iv) Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

g. Redução ao valor recuperável (Impairment)

(i) Ativos financeiros não-derivativos

Instrumentos financeiros e ativos contratuais

A Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre:

- ativos financeiros mensurados ao custo amortizado;

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*).

- O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual a Companhia está exposto ao risco de crédito.

Mensuração das perdas de crédito esperada

As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos à Companhia de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia espera receber).

As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro.

(ii) Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. As perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

h. Mensuração do valor justo

Valor justo é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data de mensuração, no mercado principal ou, na sua ausência, no mercado mais vantajoso ao qual a Companhia tem acesso nessa data. O valor justo de um passivo reflete o seu risco de descumprimento (*non-performance*). O risco de descumprimento inclui, entre outros, o próprio risco de crédito da Companhia.

Uma série de políticas contábeis e divulgações da Companhia requer a mensuração de valores justos, tanto para ativos e passivos financeiros como não financeiros.

Quando disponível, a Companhia mensura o valor justo de um instrumento utilizando o preço cotado num mercado ativo para esse instrumento. Um mercado é considerado como “ativo” se as transações para o ativo ou passivo ocorrem com frequência e volume suficientes para fornecer informações de precificação de forma contínua.

Se não houver um preço cotado em um mercado ativo, a Companhia utiliza técnicas de avaliação que maximizam o uso de dados observáveis relevantes e minimizam o uso de dados não observáveis. A técnica de avaliação escolhida incorpora todos os fatores que os participantes do mercado levariam em conta na precificação de uma transação.

Se um ativo ou um passivo mensurado ao valor justo tiver um preço de compra e um preço de venda, a Companhia mensura ativos com base em preços de compra e passivos com base em preços de venda.

A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é normalmente o preço da transação - ou seja, o valor justo da contrapartida dada ou recebida. Se a

Companhia determinar que o valor justo no reconhecimento inicial difere do preço da transação e o valor justo não é evidenciado nem por um preço cotado num mercado ativo para um ativo ou passivo idêntico nem baseado numa técnica de avaliação para a qual quaisquer dados não observáveis são julgados como insignificantes em relação à mensuração, então o instrumento financeiro é mensurado inicialmente pelo valor justo ajustado para diferir a diferença entre o valor justo no reconhecimento inicial e o preço da transação. Posteriormente, essa diferença é reconhecida no resultado numa base adequada ao longo da vida do instrumento, ou até o momento em que a avaliação é totalmente suportada por dados de mercado observáveis ou a transação é encerrada, o que ocorrer primeiro.

6 Novas normas e interpretações

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2023, aos quais a Companhia não espera impactos significativos.

A Companhia não adotou essas normas na preparação destas demonstrações financeiras.

a) Classificação dos passivos como circulante ou não circulante (alterações ao CPC 26/IAS 1)

As alterações emitidas em 2020, visam esclarecer os requisitos para determinar se um passivo é circulante ou não circulante e se aplicam aos exercícios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2023.

No entanto, o IASB propôs posteriormente novas alterações ao IAS 1 e o adiamento da data de vigência das alterações de 2020 para períodos anuais que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2024.

Devido esta norma estar sujeita à desenvolvimentos futuros, a Companhia não pode determinar o impacto dessas alterações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas no período de aplicação inicial.

A Companhia monitora os desenvolvimentos futuros.

b) Classificação dos passivos como circulante ou não circulante (alterações ao CPC 26/IAS 1)

As alterações emitidas em 2020, visam esclarecer os requisitos para determinar se um passivo é circulante ou não circulante e se aplicam aos exercícios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2023.

c) Acordos de financiamento de fornecedores ("Risco Sacado") (alterações ao CPC 26/IAS 1 e CPC 40/IFRS 7)

As alterações introduzem novas divulgações relacionadas a acordos de financiamento com fornecedores ("Risco Sacado") que ajudam os usuários das demonstrações financeiras a avaliar os efeitos desses acordos sobre os passivos e fluxos de caixa de uma entidade e sobre a exposição da entidade ao risco de liquidez. As alterações se aplicam a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2024.

A Companhia não participa de acordo de financiamento da cadeia de suprimentos para o qual as novas divulgações serão aplicadas.

d) Outras Normas

Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia:

- Passivo de arrendamento em uma venda e leaseback (alterações ao CPC 06/IFRS 16).
- Ausência de conversibilidade (alterações ao CPC 02/IAS 21).

7 Caixa e equivalentes de caixa

	2023	2022
Depósitos à vista (a)	36	15
Aplicações financeiras (b)	13.233	13.947
Total de Caixa e equivalente de caixa	13.269	13.962

- (a) Inclui depósitos bancários disponíveis prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e com risco insignificante de mudança de valor.
- (b) As aplicações financeiras referem-se à certificado de depósito bancário, de liquidez imediata e remuneração atrelada à variação do CDI em média de 96,50% em 31 de dezembro de 2023 (98% em 31 de dezembro de 2022), não excedendo os seus respectivos valores de mercado

8 Contas a receber

	2023	2022
Contas a receber de clientes – Receita – ACL (a)	4.022	-
Contas a receber de clientes – Receita MCP (b)	104	-
	4.126	-

- a) Contas a receber proveniente da operação de venda firmada bilateralmente no Ambiente de Contratação Livre (ACL). O regime de autoprodução começará a ser atendido a partir de 2024, conforme nota explicativa nº1.
- b) Referem-se a parcela venda de energia no Mercado de Curto Prazo (MCP) em atendimento ao contrato firmado bilateralmente no ambiente de contratação livre, conforme nota explicativa n 1.

A Companhia entende não haver riscos de créditos com os recebíveis e, portanto, não reconheceu nenhum montante à título de expectativa de crédito de liquidação duvidosa, por não haver histórico de inadimplência com os títulos negociados no mercado de curto prazo. Adicionalmente, não são esperadas perdas e não há títulos vencidos.

9 Aplicações financeiras vinculadas

	2023	2022
Aplicações financeiras vinculadas	3.309	3.689
	3.309	3.689

Os valores em 31 de dezembro de 2023 e 2022 são relativos ao contrato de financiamento com o Banco do Nordeste do Brasil (BNB). Conforme contratos, a Companhia tem a obrigação de manter em caução 2,5% do valor da dívida. Os valores são mantidos como caixa restrito e estarão disponíveis para utilização a longo prazo, conforme realização dos pagamentos.

10 Ativo de direito de uso e arrendamento

A Companhia atua como arrendatária em contratos de terras onde os parques fotovoltaicos encontram-se instalados.

A movimentação do direito de uso está demonstrada abaixo:

	<u>Valor líquido em 31/12/2022</u>	<u>Adição</u>	<u>Amortizações</u>	<u>Valor líquido em 31/12/2023</u>
Ativo de direito de uso				
Arrendamento parques fotovoltaicos	-	3.914	(55)	3.859
Total do ativo	<u>-</u>	<u>3.914</u>	<u>(55)</u>	<u>3.859</u>

O prazo de amortização de direito de uso é de 30 anos.

Composição dos saldos do passivo de arrendamento:

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Passivo de arrendamento	<u>3.909</u>	<u>-</u>
Total	<u>3.909</u>	<u>-</u>
Circulante	12	-
Não circulante	3.897	-

A movimentação do passivo de arrendamento, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, está demonstrada abaixo:

	<u>2023</u>					<u>Valor líquido em 31/12/2023</u>
	<u>Valor líquido em 31/12/2022</u>	<u>Adição</u>	<u>Pagamentos</u>	<u>Juros pagos</u>	<u>Juros incorridos</u>	
Passivo de arrendamento						
Arrendamento - Terreno do Parque Fotovoltaico	-	3.914	(5)	(213)	213	3.909
Total	<u>-</u>	<u>3.914</u>	<u>(5)</u>	<u>(213)</u>	<u>213</u>	<u>3.909</u>

Mediante reconhecimento do arrendamento, a taxa de desconto utilizada para tal é de 7,72% a.a.

11 Imobilizado

Conciliação do valor contábil:

Custo de aquisição:	31/12/2021	Adições (i)	Juros e custo incorrido capitalizados (i)	31/12/2022	Adições (i)	Transferências	Juros e custo incorrido capitalizados (ii)	31/12/2023
Adiantamento a fornecedores	1.716	11.333	-	13.049	-	(13.049)	-	-
Imobilizado em andamento	1.807	190.956	408	193.171	15.785	(196.493)	5.386	17.849
Planta fotovoltaica – instalações, máquinas e benfeitorias	-	-	-	-	-	209.542	-	209.542
Custo para desmobilização de ativos	-	-	-	-	6.398	-	-	6.398
Total do custo	3.523	202.289	408	206.220	15.785	-	5.386	233.789

Depreciação acumulada:	31/12/2021	Adições (i)	Juros e custo incorrido capitalizados (ii)	31/12/2022	Adições (i)	Transferências	Juros e custo incorrido capitalizados (ii)	31/12/2023
Planta fotovoltaica – instalações, máquinas e benfeitorias	-	-	-	-	(2.982)	-	-	(2.982)
Custo para desmobilização de ativos	-	-	-	-	(91)	-	-	(91)
Total da depreciação acumulada	-	-	-	-	(3.073)	-	-	(3.073)

Total	3.523	202.289	408	206.220	12.712	-	5.386	230.716
--------------	--------------	----------------	------------	----------------	---------------	----------	--------------	----------------

- (i) As aquisições referem-se a serviços e materiais oriundos da construção da usina fotovoltaica. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a despesa de imposto de renda e contribuição foram capitalizadas, e contemplam as adições daquele exercício. Os detalhes do imposto de renda e da contribuição social estão na nota explicativa nº18.
- (ii) Juros sobre financiamentos e custos de captação de financiamentos capitalizados ao ativo imobilizado, líquidos da receita de juros de aplicação financeira advindos da obtenção dos financiamentos. O detalhamento dos saldos está demonstrado na nota explicativa nº 12.

Em dezembro de 2022 a Companhia concluiu a construção da Usina Fotovoltaica e iniciou a operação para fornecimento para contratos firmados bilateralmente em ambiente de contratação livre, iniciando no exercício de 2023 o reconhecimento de depreciação. A vida útil do ativo imobilizado e políticas contábeis aplicáveis estão descritas na nota explicativa nº 5.e

A Companhia avaliou que até 31 de dezembro de 2023 não existiam evidências de perda do valor recuperável de seu imobilizado em andamento.

12 Fornecedores e outras conta a pagar

O saldo de fornecedores e contas a pagar é representado por obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios.

	2023	2022
Contratação de serviços (a)	428	4.416
Fornecedor partes relacionadas (b)	50	19
Total de fornecedores	478	4.435
Outras provisões (c)	23	17
Total de outras contas a pagar	23	17
Total de fornecedores e outras contas a pagar	501	4.452

- (a) Os saldos de serviços a pagar referem-se às contratações necessárias para o processo de construção do parque, como máquinas, equipamentos, construção civil e demais compromissos para construção do parque fotovoltaico.
- (b) Conforme nota explicativa nº 19.
- (c) Refere-se a serviços de auditoria.

A informação sobre a exposição da Companhia aos riscos de moeda e de liquidez relacionados a fornecedores e outras contas a pagar encontram-se divulgados na nota explicativa nº 20.

13 Financiamentos

	2023	2022
Financiamentos		
Saldo inicial	101.803	-
Financiamentos tomados (principal)	-	101.752
Pagamento de financiamentos	(466)	-
Juros incorridos no exercício (a)	8.250	1.413
Juros pagos	(545)	-
Bônus de adimplência	(48)	-
Amortização do custo de captação	59	34
Custo de captação	-	(1.396)
Saldo final	109.053	101.803
Circulante	5.998	1.821
Não Circulante	103.055	99.982

- (a) Os juros incorridos de financiamentos foram capitalizados parcialmente em para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e integralmente em para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, conforme nota explicativa nº 11 ii.

O IPCA, indexador do serviço da dívida, em 31 de dezembro de 2023 foi de 4,46% (5,62% em 31 de dezembro de 2022).

a. Termos e cronograma de amortização da dívida

	<u>Taxa de juros</u>	<u>Vencimento final</u>	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Financiamentos	IPCA(*) + 3,15 % a.a.	Nov./45	<u>109.053</u>	<u>101.803</u>
			<u>109.053</u>	<u>101.803</u>
Circulante			5.998	1.821
Não circulante			103.055	99.982

Os financiamentos mantidos pela Companhia, foram celebrados em 22 de outubro de 2021, e tiveram a primeira liberação no montante de R\$ 101.752 nos meses de junho e agosto de 2022, com o banco BNB (Banco do Nordeste do Brasil S.A.), e são exclusivamente para a aquisição de equipamentos e serviços para construção das plantas fotovoltaicas. O prazo de financiamento é de 24 anos, tendo último vencimento em 15 de novembro de 2045, com carência de 2 anos para o principal e pagamento mensal de juros, calculados através da taxa de 3,15% a.a. + IPCA.

Os montantes das parcelas do não circulante são compostos por ano de vencimento conforme demonstrado abaixo:

Vencimento em:	2023	2022
2024 (a)	-	5.299
2025	4.907	2.096
2026	4.907	2.409
2027	4.907	2.741
2028	4.907	2.741
2029 até 2045	83.427	87.437
	<u>103.055</u>	<u>99.982</u>

(a) Em 2024, se espera uma maior saída de caixa em função do término do período de carência para pagamento do principal.

A Companhia possui um bônus de adimplência de 15% caso realize os pagamentos conforme os vencimentos, sem atrasos. Os financiamentos bancários estão garantidos pelos contratos de venda de energia, emissão de cartas de fianças e garantia dos sócios, conforme a seguir.

O contrato estabelece cláusulas restritivas (*covenants*) cujo eventual descumprimento pode acarretar vencimento antecipado da dívida. Os *covenants* são condições restritivas que visam dar garantia ao credor sobre a manutenção de determinados indicadores. No caso da dívida captada junto ao BNB, os principais *covenants* são:

- Cumprir rigorosamente a legislação ambiental;
- Comprovar perante o BNB a correta aplicação dos recursos captados após a sua entrada e utilização; e
- Manter, por todo período do financiamento, a autorização de operação da usina fotovoltaica, bem como cumprir com os requerimentos firmados no contrato com a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE).

Todas as cláusulas restritivas (*covenants*) inerentes ao contrato de financiamentos requeridas são acompanhadas pela Administração da Companhia.

Garantias prestadas

O financiamento celebrado com o Banco do Nordeste do Brasil S.A. (“BNB”), tem como fiadores o Banco BTG Pactual. O Fiador emitiu cartas de fiança em favor do BNB, a fim de garantir o cumprimento das obrigações assumidas pela Companhia.

A título de conta garantia em favor dos Fiadores, as obrigações da Companhia foram asseguradas pelas seguintes garantias:

- garantia fidejussória prestada por Lar do Sol Holding e Atlas Brasil Holding 2;
- alienação fiduciária de quotas da Companhia, de titularidade dos sócios;
- alienação fiduciária dos equipamentos de titularidade da Companhia;
- cessão fiduciária dos direitos creditórios advindos do Projeto de titularidade da Companhia e das contas relacionadas ao Projeto;
- compromisso de aporte de capital na Companhia, pelos sócios;
- solidariedade entre as SPEs;
- cessão gratuita do direito de superfície;
- fiança bancária vigente até a comprovação do Aporte Total.

14 Provisão para desmobilização

De acordo com a cláusula contida nos contratos de arrendamento, a Companhia tem a obrigação de devolver o terreno arrendado onde o parque encontra-se instalado nas condições originais anteriores a implementação das instalações.

Em julho de 2023, a Companhia realizou o reconhecimento inicial da provisão para desmobilização inerente à desmontagem da usina fotovoltaica no montante de R\$ 6.397. Este montante foi mensurado com base nos custos estimados para desmontagem no término contrato de arrendamento, atualizado a valor presente por uma taxa de desconto definida em 7,72%.

O valor correspondente a desmobilização está registrada no ativo imobilizado e está sendo amortizado mensalmente. O valor atualizado em 31 de dezembro de 2023 é de R\$ 6.307, conforme nota explicativa nº 12.

A movimentação da provisão para desmobilização durante o período findo em 31 de dezembro de 2023 foi a seguinte:

	<u>2023</u>
Saldo inicial	-
Reconhecimento inicial	6.398
Atualização monetária da provisão de desmobilização	<u>201</u>
Saldo final	<u><u>6.599</u></u>

15 Patrimônio líquido

(a) Capital Social

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, o capital social subscrito da Companhia é de R\$ 217.795 representado por 24.485.918 ações, nominativas e sem valor nominal, parcialmente integralizadas, sendo 12.242.959 ações ordinárias, das quais 12.006.623 ações ordinárias subscritas e integralizadas e 12.242.959 ações preferenciais, sendo 12.006.623 ações preferencias subscritas e integralizadas. O total de capital social integralizado em 31 de dezembro de 2022 e 2022 é de R\$ 118.865.

Não ocorreram alteração no capital social durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

Em 09 de agosto de 2022 a controladora Lar do Sol Holding Ltda., firmou contrato de compra e vendas de ações com a Unipar Carbocloro S.A., no qual realizou a venda de 10% das ações da Companhia, passando a deter de 90% das ações da Lar do Sol III.

Durante o exercício de 2022 a Companhia subscreveu capital social no montante de R\$ 17.603.

Conforme alterações contratuais ocorridas ao longo do exercício findo em 31 de dezembro de 2022 a Companhia realizou a integralização de R\$ 114.194 mediante transferências bancárias efetuadas ao longo de 2022.

b) Reserva legal

Será constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2023 a Companhia apurou o lucro de R\$ 17.028. Em função disso, a Empresa constituiu reserva legal no valor de R\$ 802.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022 a Companhia apurou o prejuízo de R\$132. Mediante a isso, não foram reconhecidos valores referentes a reserva legal.

c) Dividendos

Conforme previsto no inciso I do parágrafo 1º do artigo 17 da Lei 6.404/76 a Companhia reconhece a cada exercício a distribuição mínima 25%, a título de dividendos mínimos obrigatórios, quando apurado lucro no final do exercício. Em função do prejuízo apurado, não há dividendos a serem distribuídos.

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia destinou à título de dividendos mínimos obrigatórios o montante de R\$ 3.881 (R\$0 em 31 de dezembro de 2022), conforme demonstrativo abaixo:

	<u>31/12/2023</u>
Prejuízos acumulados	(988)
Lucro líquido do exercício	17.028
Base de cálculo - Reserva Legal	<u>16.040</u>
Reserva legal - 5%	802

Base de cálculo - Dividendos mínimos	15.238
Dividendos mínimos obrigatórios - 25%	3.810

A Companhia apurou prejuízo no exercício findo em 31 de dezembro de 2022, e, portanto, não há dividendos a serem distribuídos.

d) Reserva de retenção de lucros

É destinada à aplicação em investimentos previstos no orçamento de capital conforme proposta no orçamento previamente aprovado na assembleia geral.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2023 a Companhia destinou para reserva de retenção de lucros R\$11.249 (R\$0 em 31 de dezembro de 2022).

16 Receita operacional líquida

	2023	2022
Receita bruta com geração de energia:		
Receita contrato de energia (ACL)	31.237	-
Receita no mercado de curto prazo (MCP)	410	-
Impostos sobre venda	(1.155)	-
Total da receita operacional líquida	30.491	-

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a Companhia gerou 69.316 MWh.

- (a) Refere-se a parcela de produção comercializada no ambiente de contratação livre, dada as condições mais favoráveis no mercado de curto prazo.

17 Custos de operação e despesas gerais e administrativas

Custos e despesas por natureza

	2023	2022
Custo do serviço de energia elétrica		
Depreciação	(3.127)	-
Operação e manutenção	(686)	-
Atualização monetária para desmobilização	(201)	-
Encargo de uso de rede de energia elétrica (c)	(3.043)	-
Compromissos ambientais e sociais	(240)	-
Custos compartilhados – partes relacionadas (b)	(248)	-
Seguros	(674)	-
Custos de locação de terras (a)	(248)	-
Total	(8.467)	-
Despesas gerais e administrativas		
Contabilidade e auditoria	(58)	(40)
Assessoria e advogados	(153)	-
Internet e comunicação	(1)	-
Viagens e representações	(2)	-
Taxas diversas	-	(8)
Total	(214)	(48)

- (a) Refere-se custos de aluguel das terras para operação do parque fotovoltaico, os quais não atendem aos critérios do CPC 06 (R2) – Arrendamentos, para reconhecimento.
- (b) Ao longo de 2023 a Companhia dispôs de serviços compartilhados das demais empresas do Grupo Atlas, conforme nota explicativa nº 19.
- (c) Refere-se a custos junto às transmissoras provenientes do uso da rede de transmissão. A obrigatoriedade do custo de encargos de transmissão iniciaram juntamente com a data de início do contrato junto a ONS (Operador Nacional do Sistema).

18 Receitas financeiras e despesas financeiras

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Receitas financeira		
Rendimento sobre aplicações financeiras	711	-
Variação cambial ativa	764	-
Total	1.475	-
Despesas financeira		
Despesas bancárias e carta fiança	(1.814)	(84)
Despesas de juros sobre financiamentos	(2.472)	-
Bônus de adimplência	48	-
Custos incorridos no exercício	(24)	-
Juros sobre arrendamento	(213)	-
Variação cambial passiva	(450)	-
Total	(4.925)	(84)
Resultado financeiro, líquido	(3.450)	(84)

19 Imposto de renda e contribuição social

Em 31 de dezembro de 2023, o montante remanescente a pagar de Imposto de Renda e Contribuição Social é de R\$ 950 (R\$0 em 31 de dezembro de 2022). A conciliação da despesa com imposto de renda e contribuição social calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas debitada em resultado é demonstrada como segue:

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Receita bruta (a)	31.647	-
Presunção do imposto de renda - 8% (b)	2.532	-
Presunção da contribuição social - 12% (c)	3.798	-
Demais receitas - (i) (d)	1.128	1.789
Base de cálculo do IRPJ – (b) + (d)	3.660	1.789
Imposto de renda a alíquota de 15%	(549)	(268)
Adicional de imposto de renda e alíquota de 10%	(342)	(179)
Total IRPJ	(891)	(447)
Base de cálculo da CSLL	4.926	1.789
Contribuição social a alíquota de 9%	(443)	(161)
Despesa com imposto de renda e contribuição social	(1.334)	(608)

Alíquota efetiva (*)

4,07%

34%

Durante o exercício de 2022, a Companhia apurou despesas dos referidos impostos, aos quais estão considerados como adições no ativo imobilizado. Adicionalmente, as receitas financeiras referente a respectivo exercício foram transferidas para o ativo imobilizado, considerada como redutora da adição, conforme nota explicativa nº 11.

(*) A alíquota efetiva corresponde a despesa de imposto de renda e contribuição social dividida pela soma da Receita bruta (a), receitas financeiras (d) e Demais receitas (e).

20 Partes relacionadas

a. Controladora e controladora final

A controladora é a Lar do Sol Holding Ltda e o controlador final é o GIP Helios Fundo de Investimentos em Participações Multiestratégia.

b. Operações com pessoal-chave da Administração

O pessoal-chave da Administração refere-se aos diretores. A remuneração paga ou a pagar ao pessoal-chave da Administração, por seus serviços é representada por salários e outros benefícios de curto prazo. Para o exercício findo em 2023 e 2022 não foram fixadas remunerações.

c. Operações com partes relacionadas

	Contas a Pagar (a)		Receita / (Despesa) (b)	
	2023	2022	2023	2022
<i>Partes relacionadas – Nacional</i>				
Atlas do Brasil Desenvolvimento de Projetos de Energia Ltda.	50	-	(248)	-
Usina de Energia Fotovoltaica Lar do Sol II S.A.	-	19	-	-
Total	50	19	(248)	-

a) Conforme nota explicativa nº 13.

b) Conforme notas explicativas nº 16.

	Contas a pagar	
	2023	2022
<i>(ii) Dividendos</i>		
Lar do Sol Holding Ltda	3.881	-
Total	3.881	-

21 Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos

a. Classificação contábil e valores justos

A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo. Como o valor justo dos ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo, se aproximam do valor contábil não foi incluído

informações sobre o valor justos desses instrumentos financeiros.

	Nota	2023		2022	
		Valor justo através do resultado	Custo amortizado	Valor justo através do resultado	Custo amortizado
Ativos					
Caixa e equivalentes de caixa	7	13.233	36	13.947	15
Aplicações financeiras vinculadas	10	3.309	-	3.689	-
Contas a receber	8	-	4.126	-	-
Total		16.542	4.126	17.636	15

Passivos					
Fornecedores	13	-	478	-	4.435
Financiamentos	14	-	109.053	-	101.803
Passivo de arrendamento	10	-	3.909	-	-
Outras contas a pagar	13	-	23	-	17
Total		-	113.463	-	106.255

	Nível hierárquico do valor justo	2023 - Valor contábil e valor justo		2022 - Valor contábil e valor justo	
		Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos					
Caixa e equivalentes de caixa	Nível 2	13.269	13.269	13.962	13.962
Aplicações financeiras vinculadas	Nível 2	3.309	3.309	3.689	3.689
Contas a receber	Nível 2	4.126	4.126	-	-
Total		20.704	20.704	17.651	17.651
Passivos					
Fornecedores	Nível 2	478	478	4.435	4.435
Financiamentos	Nível 2	109.053	109.053	101.803	101.803
Passivo de arrendamento	Nível 2	3.909	3.909	-	-
Outras contas a pagar	Nível 2	23	23	17	17
Total		113.463	113.463	106.255	106.255

Mensuração do valor justo

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou passivo financeiro, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- **Nível 1** – preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- **Nível 2** – *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivados de preços); e
- **Nível 3** - *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

A tabela abaixo apresenta a técnica de valorização utilizada na mensuração dos valores justos de Nível 2 para instrumentos financeiros no Balanço Patrimonial, assim como *inputs* não observáveis significativos utilizados:

<u>Tipo</u>	<u>Técnica de avaliação</u>	<u>Inputs significativos não observáveis</u>
Outros passivos financeiros	Fluxos de caixa descontados: O modelo de avaliação considera o valor presente dos pagamentos esperados, descontado por uma taxa ajustada de risco	Não aplicável

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, não houve transferência decorrente de avaliação de valor justo entre nível 1, 2 tampouco com o nível 3.

b. Gerenciamento de risco financeiro

A Companhia possui exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez;
- Risco de mercado;
- Risco cambial e
- Risco de taxa de juros

Estrutura de gerenciamento de risco

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais a Companhia está exposta, para definir limites de riscos e controles apropriados, e para monitorar os riscos e a aderência aos limites definidos. As políticas de gerenciamento de risco e os sistemas são revisados regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades a Companhia. A Companhia por meio de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, busca manter um ambiente de disciplina e controle no qual todos os funcionários tenham consciência de suas atribuições e obrigações.

(i) *Risco de crédito*

Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente de instrumentos financeiros da Companhia.

2023

2022

Caixa e equivalentes de caixa	13.269	13.962
Aplicações financeiras vinculadas	3.309	3.689
Contas a receber	4.126	-
Total	20.704	17.651

De modo a diversificar o risco de crédito junto às instituições financeiras, a Companhia centraliza suas operações apenas em instituições de primeira linha. a Companhia prioriza investimentos de curtíssimo prazo para obter o máximo de rendimento e máxima liquidez frente aos passivos contraídos.

(ii) Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco de que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na Administração da liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação da Companhia.

Exposição ao risco de liquidez

A seguir, estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros na data da demonstração financeira. Esses valores são brutos e não-descontados, e incluem pagamentos de juros contratuais.

31 de dezembro de 2023

Valor Contábil	Fluxos de caixa contratuais				
	Total	1 anos ou menos	2 – 5 Anos	6 - 10 anos	Mais que 10 anos
Passivos financeiros					
Fornecedores	478	478	478	-	-
Outras contas a pagar	23	23	23	-	-
Passivo de arrendamento	3.909	27.448	1.034	3.090	6.628
Financiamento	109.053	280.138	23.643	44.490	93.845
	109.554				

31 de dezembro de 2022

Valor Contábil	Fluxos de caixa contratuais				
	Total	1 anos ou menos	2 – 5 Anos	6 - 10 anos	Mais que 10 anos
Passivos financeiros					
Fornecedores	4.435	4.435	4.435	-	-
Outras contas a pagar	17	17	17	-	-
Financiamento	101.803	193.707	1.208	29.648	45.520
	106.255	198.159	5.660	29.648	45.520
					117.331

(iii) Risco de mercado

Risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado - tais como taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações - irão afetar os ganhos da Companhia ou o valor de seus instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

(iv) Risco cambial

A Companhia realizou operações usuais de compras no decurso de suas operações, porém em 31 de dezembro de 2023 a Companhia não possui saldos passivos em moeda estrangeira, logo não está sujeita ao risco cambial.

(v) Risco de taxa de juros

Decorre da possibilidade da Companhia sofrer perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros.

Em relação aos passivos financeiros, visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia possui um contrato de financiamento em operações com taxas que acompanham o índice inflacionário do Brasil e o índice de atualização dos contratos de venda de energia.

(vi) Análise de sensibilidade

Em atendimento ao item 40 do CPC 40 – Instrumento Financeiros Evidenciação (IFRS 7 – *Financial Instruments: Disclosures*), a Companhia efetua a análise de sensibilidade de seus instrumentos financeiros.

A análise de sensibilidade tem como objetivo mensurar o impacto às mudanças nas variáveis de mercado sobre cada instrumento financeiro. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade contida no processo utilizado na preparação dessas análises. As informações demonstradas no quadro, mensuram contextualmente o impacto nos resultados da Companhia em função da variação de cada risco destacado.

No quadro a seguir estão apresentados todos os instrumentos financeiros da Companhia que estão expostos à indexadores, com as exposições aplicáveis de flutuação de taxas de juros e outros indexadores até as datas de vencimento dessas transações, com o cenário provável adotado pela Companhia, baseado fundamentalmente em premissas macroeconômicas obtidas do relatório Focus do Banco Central, com 25% e 50% de aumento do risco.

Variação das taxas de juros e índices	Variação 31/12/2023	Cenário provável 31/12/2024	Sensibilidade		
			Provável	Δ + 25%	Δ + 50%
Risco de aumento das taxas de juros e índices IPCA (a)	4,46%	3,90%	3,90%	4,88%	5,85%
Risco de redução das taxas de juros e índices CDI (b)	11,87%	9,15%	9,15%	11,44%	13,73%

Risco de aumento (passivo)	Índice	Saldos em 31/12/2023	Sensibilidade				
			Provável	Δ + 25%	Δ + 50%	∇ - 25%	∇ - 50%
Financiamentos	IPCA	(109.053)	(4.253)	(5.316)	(6.380)	(3.190)	(2.127)
Total		<u>(109.053)</u>	<u>(4.253)</u>	<u>(5.316)</u>	<u>(6.380)</u>	<u>(3.190)</u>	<u>(2.127)</u>

Risco de redução (ativo)

Aplicações financeiras	CDI	<u>16.542</u>	<u>1.514</u>	<u>1.892</u>	<u>2.270</u>	<u>1.135</u>	<u>757</u>
------------------------	-----	---------------	--------------	--------------	--------------	--------------	------------

(a) Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – Boletim Focus

(b) Certificado de Depósito Interbancário – Fonte: Projeções Bradesco Longo Prazo

22 Contingências

A Companhia não possui em 31 de dezembro de 2023 e 2022 contingências passivas com avaliação de risco de perda provável e possível.

23 Informações complementares aos fluxos de caixa

a) Informações suplementares

Transações que não envolvem caixa:

	Nota	2023	2022
Direito de uso	10	(3.914)	-
Passivo de arrendamento	10	3.914	-
Dividendos a pagar	19	3.881	-
Dividendos mínimos obrigatórios	14	(3.881)	-
Fornecedores	12	-	4.276
Provisão para desmobilização	14	(6.398)	-
Imobilizado	12	6.398	-
Aquisição ao ativo imobilizado	11 – ii	(5.386)	(5.315)
Aplicações financeiras vinculadas	11 – iii	(427)	(408)
Provisão para desmobilização	14	(6.397)	-
Imobilizado	12	6.397	-
Juros incorrido sobre financiamentos	13 e 12 – ii	5.778	1.413
Custo de captação incorrido	13	35	34

24 Compromissos futuros

A seguir são divulgados os principais compromissos da Companhia para os anos subsequentes.

	<u>2024</u>	<u>2025</u>	<u>2026</u>	<u>2027</u>	<u>2028 a 2038</u>	<u>Total</u>
TUST (a)	(3.152)	(3.259)	(3.367)	(3.475)	(46.623)	(59.876)
Contratos de (O&M) (b)	(563)	(614)	(658)	(690)	(10.243)	(12.769)
Seguros e garantia (c)	(231)	(238)	(222)	(229)	(2.752)	(3.671)
Arrendamento (d)	(321)	(386)	(399)	(412)	(5.525)	(7.042)
Outros (e)	(820)	(776)	(802)	(828)	(11.012)	(14.238)
Total	<u>(5.087)</u>	<u>(5.273)</u>	<u>(5.447)</u>	<u>(5.634)</u>	<u>(76.155)</u>	<u>(97.596)</u>

a) Encargos devido ao uso do sistema de transmissão (TUSD)

Durante toda a operação dos projetos, a Companhia irá incorrer com gastos referentes aos encargos por uso do sistema de transmissão, objeto dos Contratos de Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição (TUSD) para empreendimentos conectados na rede de transmissão.

Para o ano de 2024 os encargos foram calculados considerando as tarifas vigentes para o ciclo tarifário 2024/2025 (julho/23 a junho/24) para projetos conectados na rede de transmissão, sem a utilização de correção/reajuste nas tarifas para os meses.

Para os anos a partir de 2024 os encargos também foram calculados considerando as tarifas vigentes para o ciclo tarifário 2023/2024.

b) Contratos de Operação e Manutenção (O&M)

A Companhia possui contratos com fornecedores para manutenção das plantas fotovoltaicas.

c) Seguros e garantias

A Companhia possui contratos de seguros e garantias para manutenção e asseguaração das plantas fotovoltaicas.

d) Arrendamentos

A Companhia possui contratos de arrendamento dos terrenos pertinentes a utilização para instalação do parque fotovoltaico.

e) Outros

A Companhia possui outros contratos que possivelmente incorrerão em despesas futuras, como, despesas intercompany, serviços profissionais, despesas bancárias, responsabilidade social e custos e despesas ambientais.

Luiz Maia Gutierrez Ballester
Diretor
CPF: 832.797.505-63

Julio Roberto Baruchi
Contador
CRC: 1SP206243/O-5
CPF: 008.175.478-78